

Ata da Reunião Ordinária do mês de Junho do CEDM/PR

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte, às quatorze horas e dez minutos em primeira chamada, por web conferência às quatorze horas e vinte e dois minutos, em segunda chamada. **Abertura** – A secretária executiva Jane Vasques, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as conselheiras e faz a chamada inicial. **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Mara Sperandio -SEJUR/DGDM; Titular: Dineia Alves de Freitas –SETI, Titular: Silvia Helena de Castro – SEPL, Titular: Vanessa Alice SESP- Emanuele SESP – Jussara -SEAB; Titular: Kamila Conte Kunz – SEDU; Carla Aguiar -SESA **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Fabiane CRP; Maria Isabel Correa – UBM, Titular: Carmen Ribeiro – RFS; Eunice Teiko – CUT, Titular: Ivanete Paulino Xavier – Rede Mulheres Negras Titular: Rosalina Batista – ASSEMPA; Titular Mara Elvira – FAMOPAR; Titular: Terezinha Possebom – HUMSOL, Suplente: Daniele Bittencourt Azevedo Perich, Titular: Isabela Candeloro Campoi; **Colaboradores e Convidados:** Janaína Placido MP; Suplente: Priscilla Dalmarco. – Secretaria da Educação e do Esporte, Silvana F. Farah – SEJUF/DGDM; Helena Rocha – OAB-PR. Inicia-se a reunião com as boas vindas da presidente Maria Isabel que fala da satisfação de reunir e que é muito gratificante estar com todas presentes. **1.Apreciação e aprovação da pauta: Justificativa de Ausência: Joseli Collaço.** - **Afastamento de Conselheira:** Ana Carolina - APP Sindicato que se ausentará devido candidatura nas eleições de 2020. **2. Projeto de Lei n 280/2020 para Instituir o Serviço de Denúncia de Violência contra a Mulher Via Número de Whatsapp.** A conselheira Maria Isabel fala que é um projeto de lei bem curto que institui o serviço mas deixa para regulamentação como seria, não especifica como ser feito, se seria regional, quem estaria a cargo, ele só propões, e ao vê da Presidente a proposição feita pela conselheira é boa, um serviço que depois poderia continuar, mas fala da dificuldade de entender como viabilizar este número, se seria de forma regional, ligada aos CRANS ou se seriam ligadas as delegacias da Mulher, tem um pouco desta dificuldade da parte prática de como se faria esse monitoramento para que não seja, por exemplo, um só número e que cai em Curitiba, por exemplo, e que não seja muito difícil de encaminhar eu proponho o projeto, e que já tinha sido levantado junto de quem está propondo este protejo, na verdade com a Tais da comissão de Direitos Humanos da Alep, e seria importante que se colocasse como fazer o encaminhamento para a Rede, pois só fazer a denúncia, não tem muito sentido, tem que ampliar e criar políticas para que as Redes de Proteção consigam dar conta das demandas que temos, principalmente se não temos os canais de denúncias e, com certeza, vamos ter mais notificações ou muito menos teremos casos para encaminhar, muito mais mulheres para encaminhar para diminuir, e o projeto de lei coloca que será encaminhado para a rede, mas não especifica se este número de whatsapp será regional ou será para o Estado todo do Paraná e quem que vai fazer esta avaliação para onde encaminhará, imagino que seja encaminhado ao Estado para o Executivo para que o executivo consiga acessar essas Redes, não sei se quem leu o projeto

tenha esta mesma percepção, a conselheira Carmen se pronuncia falando que já se tinha conversado sobre isto na e que gostaria de saber se tinha alterado alguma coisa das observações que tinha sido feito e pelo visto não alterou nada, a Presidente Maria Isabel propõe que seja encaminhado um ofício a ALEP, dizendo que a preocupação seria de como isto vai acontecer na prática, se vai ser regionalizado ou não, depois quando for para a regulamentação não teremos mais acesso, então pedimos que nos atualize com esta demanda que é bem importante para nós, a conselheira pede a concordância das conselheiras e todas concordam, fica o **encaminhamento** de ofício para a ALEP, que foi apreciado o projeto e quais as preocupações com relação ao trâmite da prática e como encaminhar para as redes de enfrentamento da violência conta a mulher.

3-Apresentação da Secretaria de Tecnologia e Ciencia-SETI, a Conselheira Dineia se apresenta e solicita que a apresentação possa ser transferida para a próxima reunião, haja vista que quem apresentará é a conselheira Sandra que no momento está em outra reunião. A Presidente fala que a SETI é sempre muito bem vinda e que a apresentação pode ser transferida, segue a pauta **5- V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres-Calendário das Etapas das Referidas Conferencia no Cenário da Pandemia –COVID19**. A Presidente Maria Isabel fala que teve uma reunião na semana que passou com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que na verdade foram três reuniões divididas por regiões e o Sul participou de uma reunião com o Centro Oeste e que só não houve a presença do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, nesta reunião foi processada uma pauta, que pedia que cada Estado traçasse um cenário das situações das conferências municipais, sugestão sobre o calendário e sobre a previsão de um Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais, anterior a Conferência Nacional, este encontro era para ser em julho deste ano e não foi possível, nesta reunião participou as duas representantes do Estado tanto da Sociedade Civil como Governamental eu e Mara, a conselheira fala que percebeu que em termos de Estado o Paraná era o que estava mais adiantado em termos da elaboração da conferência, por que os outros Estados ficaram muito presos ao Regimento da Conferencia Nacional, sem saber quantas delegadas participariam e principalmente sobre os textos básicos dos eixos temáticos e no Paraná nos acabamos elaborando os textos da nossa maneira e encaminhamos para os Municípios, e em termos de conferência, estávamos conduzindo bem, e que em relação aos textos dos eixos, houve solicitação das mesmas dificuldades que estávamos tendo aqui, que os textos estão muito teóricos pro nível Nacional e que fica muito difícil de falar com os municípios, provavelmente nos vamos receber os eixos e que embora exista uma secretaria para esta questão da conferência Nacional e embora elas estejam trabalhando para que aconteça, pareceu que não existe o suporte com relação a previsão orçamentária da parte do Ministério e que as Conselheiras Nacionais, estão bastante desalentadas com a situação e estão tentando contornar buscando auxílio no estado para que possamos fazer esta grande força positiva e diz que gostou muito de participar desta reunião, traçamos o cenário do Paraná e ouvimos dos outros Estados a sugestão de praticamente todas as regiões do Brasil, foi para que a conferência Nacional seja no final de 2021 e as Estaduais

sejam a partir de Agosto e que este ano todas estariam prejudicadas por ser um ano eleitoral, porém por outro lado no início do ano que vem nos teremos novos gestores municipais e isso é uma preocupação muito grande em sabermos como vão trabalhar com estes novos gestores municipais para que eles se comprometam com as conferências municipais ou intermunicipais, sabendo que eles irão ter orçamento para fazer a conferência, foi proposto que a conferência Estadual seja no segundo semestre do ano que vem e que a Nacional seja para o final, e que o conselho deveria fazer uma carta, não só da conferência mas de outras políticas para as Mulheres para apresentar aos candidatos as prefeituras municipais, ou aos candidatos que tenham mais chances de ganhar o pleito e que na reunião que a presidente participou do COPEDH com outros Conselhos, tinha um representante da Associação dos Municípios do Paraná que se dispôs a fazer esta ponte e que devido esta reunião com o COPEDH e todos dispostos a estreitar laços de fazer este trabalho interconselhos, poderíamos aproveitar este conselheiro da Associação dos Municípios do Paraná e escrever esta carta para os prefeitos que poderiam dar sua anuência dizendo que se eleitos forem, se comprometem a levantar a questão das políticas públicas dos direitos das Mulheres e com relação ao encontro nacional de conselhos estaduais achamos excelente a ideia e achamos que ele deve preceder a Conferência Nacional devido sua importância e provavelmente acontecerá no ano que vem dependendo das datas previstas da Conferência Nacional e que seria alguns meses antes da conferência, quanto ao tamanho da Conferência Nacional o Conselho Nacional não admiti que ela seja menor que a última Conferência, a Presidente fala que colocou na reunião, que em função do orçamento o Paraná optou por diminuir a conferência pela metade e falou que esta questão para o Conselho Nacional é considerado um retrocesso e não admiti que a Conferência Nacional seja menor que a última. A Presidente abre a palavra as Conselheiras e a Conselheira Carmen fala que sabe, pois já foi publicada várias vezes que a Secretaria da Mulher não conseguiu gastar em torno de 30% do orçamento, isso não foi falado esta possibilidade de questionar por este lado, a conselheira Maria Isabel fala que todas as conversas que possamos pensar para dialogar de alguma maneira para tentar sensibilizar o Ministério, foram enviadas pelo Conselho e por isso que as Conselheiras da Sociedade Civil e Governamental, estão bastante apreensivas por não existe uma resposta, não existe uma comunicação e muito falho isto, mas todas estas questões já foram levantadas e não existem respostas práticas e principalmente em relação ao orçamento e que os blocos inteiros dos eixos não foram feitos porque normalmente eram contratados empresas que faziam todas estas questões todo o encaminhamento das questões das publicações dos textos, embora exista boa vontade, grupo de whatsapp onde a Ministra Damares faz parte de todas as gestoras Estaduais e parece que não existe esta sensibilidade de suprir as demandas e dar o encaminhamento as questões que são levantadas. Talvez pudéssemos fazer um ofício cobrando do Ministério providências referente as demandas da conferência. Maria Isabel também fala da preocupação referente ao orçamento no Paraná. As conselheiras concordam com o **encaminhamento** de correspondência ao Departamento de Política para as Mulheres solicitando

que o recurso e garantia da realização das etapas para a conferência seja mantido para o ano de 2021. **4- Mortalidade Materna Durante a Pandemia - SESA;** A Diretora de Atenção e Vigilância em Saúde da SESA, Maria Goretti David Lopes, se apresenta, cumprimenta todas, fala que é um prazer está com as conselheiras e falar da Mortalidade Materna durante a pandemia, que estamos em um momento muito crítica e mais do que nunca temos que nos preparar para esta situação de pandemia no Paraná, na data de ontem registrou os números de 7.031 casos confirmados de COVID 19 no Paraná com 943 óbitos e já acometeu pessoas em 283 municípios no Paraná, que a curva está ascendente e não chegamos no pico da pandemia e que não temos previsão disto, talvez neste mês de julho ficaremos pouco tempo no pico e que possamos começar a diminuir o número de óbitos no Paraná e que se compararmos com outros estados brasileiros o Paraná ainda se encontra em situação confortável, porém enquanto vivermos esta situação de pandemia cada dia é um dia, cada dia é uma realidade nova, são fatores, fatos novos que nos impulsionam a tomar outras medidas, outras para precauções e se comparados estes fatos o Paraná em termo de incidência, e de casos de letalidade, mortalidade estamos nos menores patamares menores, é uma situação crítica, é uma curva ascendente e temos que insistir no processo que as mulheres são fundamentais para isso do dever de ficar em casa, temos que garantir o isolamento domiciliar, temos que continuar falando das medidas de proteção das lavagens das mãos de uso obrigatório da máscara de distanciamento social e não podemos aceitar o que aconteceu no final de semana uma aglomeração absurda e que vamos perceber em números de casos e de óbitos em media daqui a quinze dias e que o melhor remédio é o distanciamento social e o isolamento social, a Diretora do Departamento da SESA, pede o apoio deste conselho dos direitos da mulher do Paraná a nos ajudar a divulgar para as pessoas que nesta véspera de feriado não viaje, não pode se aglomerar, não pode fazer visita domiciliar, temos que ficar em casa. A Diretora do Departamento faz a apresentação dos dados da Mortalidade Materna durante a pandemia e dizer do investimento nos últimos anos mais de uma década da realização da Rede Mãe Paranaense que hoje o Paraná neste Governo estamos trabalhando para proteger a Rede de Atenção a Saúde que compõem esta rede de atenção a saúde que compõe as linhas de cuidados linhas de atenção e vamos falar na mortalidade materna de algumas questões que estão inseridas na linha materno infantil na SESA e que é uma linha que pode ser executada, ela é transversal a todos os serviços, atenção a saúde, atenção ambulatorial e atenção hospitalar e com os serviços de atenção básica no âmbito dos municípios, estratégias de saúde da família, sendo que grande parte da questão de saúde é de gestão municipal, a atenção ambulatorial no Paraná principalmente se dá por meio dos procedimentos e da atuação dos consórcios de saúde e principalmente dos consórcios intermunicipais de saúde que vem dando muito certo no Paraná e caba liderando a atendimento na atenção não ambulatorial e na atenção hospitalar toda a rede hospitalar do Paraná em relação a COVID nos temos definidos todos os hospitais de referência pra COVID e um projeto de ampliação de leitos clínicos e de enfermaria e principalmente de UTI se necessários, por macro região do

Estado assim se compõe a rede de atenção, que compõe serviços e ações de saúde no âmbito da atenção primária, de atenção ambulatorial e da atenção hospitalar, que vamos apresentar uma das linhas desta rede de atenção que a linha materno infantil com foco na questão do enfrentamento a pandemia, nos reforçamos todos os pontos de atenção da linha materno infantil e em tempos de COVID19, publicamos a nota orientativa 09/2020-SESA/PR, que trata sobre as gestantes e as puérperas esta apresentação e dados gráficos se encontra no site do CEDM www.cedm.pr.gov.br e site da www.sesa.pr.gov.br, a Presidente Maria Isabel abre perguntas a todas as conselheiras, a conselheira Carmen pergunta sobre as condições de parto, devido o fechamento das duas maternidades e que a sensação que dá, e que tendo algum problema o primeiro direito que cai é das mulheres, se entende que é importante que os gestores têm que se preparar para a pandemia, e temos uma curva subindo lentamente, mas não entendemos que as mulheres tinham duas maternidades exclusivas para elas e uma delas no local de moradia bem perto da maioria das usuárias no bairro novo, é fechada essas duas maternidades, dissolvidas as equipes que tinham um acúmulo de experiência principalmente na questão do parto humanizado e praticas do parto e são jogadas para duas maternidades onde se concentra os partos de maior risco e que não são só maternidades apesar de o HC ter entrada própria mas está em ambiente hospitalar onde se atende a COVID o Hospital Evangélico também, longe de suas casas dificultando os atendimentos as consultas e partos, e já tem consequências em relação a superlotação dessas maternidades, temos informações que não estão sendo garantido o acompanhante, temos informações que o Programa Canguru no HC foi cancelado por falta de espaço, sentimos que tem um peso muito grande sobre as mulheres nesta fase sensível e difícil que é a maternidade(parto), tanto no ponto de vista emocional, como de risco para a vida, a exemplo do que está acontecendo aqui, não temos informações como está no resto do Estado, por isso a pergunta é essa, como está as restrições no resto do Estado, sabemos que a SESA não responde por Curitiba, mas já fizemos todos os recursos cabíveis no ponto de vista legal, através da Defensoria Pública, do Ministério Público, e a resposta é sempre protocolar de que foi necessário por causa da pandemia, outra questão preocupante é que nos Estados onde a pandemia está bem mais avançado, exemplo Nordeste, sabemos que não está havendo registro em mães gestantes, e como nosso caso é diferente porque a curva do Estado está menor, é um alerta que eu gostaria de saber como a Secretaria de Saúde está vendo isso, como está sendo acompanhado o registro e dados de gestantes contaminadas e eventualmente mortes materna por COVID.a Diretora da SESA Maria Goretti, se pronuncia dizendo que chegaram informações na Secretaria de instituições hospitalar negando o acesso ao acompanhante, o que fizemos foi ligar imediatamente ao diretor do hospital e informar que tinha que liberar alegando o direito da Lei, fomos resolvendo situação por situação, e para as demandas na justiça do Paraná, nossos parecer para subsidiar as medidas por parte da Procuradoria Geral do Estado é o cumprimento da Lei do acompanhante, foi feito no dia de hoje pela manhã uma reunião com as nossas regionais de saúde, Conselho Nacional de Estado de Secretários de Saúde e o Conselho

Nacional de Secretarias Municipais de Saúde Municipal que estão com consultores em todos os Estados Brasileiros para apoiar ações e o fortalecimento da Rede de Atenção do Estado, nos do Paraná definimos a linha de atenção as condições crônicas e a linha Materno Infantil, esta reunião foi para discutir como está a situação em cada regional de saúde e como poderíamos apoiar as regionais de saúde para que elas sejam preparadas para apoiar os seus municípios nestas duas grandes linhas materno infantil e doenças crônicas e teve até coisas surpreendentes de regionais ter suspendidos o atendimento ambulatorial e nos não sabíamos, e que a orientação é reabra tem que funcionar, tem que atender, é difícil pois temos deficit de profissionais grande na SESA e os municípios também passam por esta dificuldade, mas prioridade absoluta por Lei, sempre vamos defender os direitos das mulheres e dos seus filhos, quanto a outra pergunta averigüei os casos de subnotificação de casos confirmados em gestantes, nos criamos no Paraná um sistema próprio da SESA, NOTIFICA COVID19, e com este sistema e mais o sistema que integramos do Ministério da Saúde que é o SIDEC GRIPE, que registra todas as Síndromes Respiratórias Agudas Grave, e integramos também um outro sistema novo criado recentemente pelo Ministério da Saúde que chama notifica ESUSNOTIFICA, estamos integrando com esses dois e mais o Gerenciador de Ambiente Laboratorial-GAL, para poder ter mais confiança na informação, devido as dificuldades da informação fidedigna e conseguimos desenvolver com a ajuda da equipe de informática em tempo recorde e estamos na fase final de integração e mais um sistema do Paraná chamado TER do sistema hospitalar, então vamos ter cinco em um para ter todo o controle de casos no Paraná, caos confirmados, casos descartados, casos de investigação, casos feito e óbitos e, me comprometo com a resposta a Carmen, a conselheira Isabel Campoi, parabeniza a apresentação e o trabalho feito pela SESA e pergunta se tem alguma informação de mulheres vítima de violência sexual que chegam no sistema público de saúde diante da pandemia, como elas tem sido atendida e no caso se houve redução de acesso ,a Diretora do Departamento informa que sobre esta questão foi feito uma nota orientativa específica de n 30/2020 que se encontra no site da SESA, e que infelizmente como já foi publicizado que este número de violência, infra familiar infra, domiciliar, violência doméstica e a violência contra as mulheres cresceu devido o isolamento e estamos vigilante, estamos cuidando desta situação, foi reformulado o termo de cooperação com a SESP, parceria da SESA e Instituto Médico Legal, tivemos dificuldade nesta pandemia por que o total de médicos que compõem o grupo técnico do IML, para fazer o acompanhamento no hospital de referência atender essa mulher me situação de violência, violência sexual, lá no serviço de saúde, só ficou uma, todos são do grupo de risco para a COVID19 acima de 60 anos, estase sofrendo com esta garantia de deslocamento do médico perito para atender este serviço e estamos tentando compor esta equipe com o apoio do complexo do Hospital do Trabalhador para esta continuidade para Curitiba e toda a região Metropolitana, esperamos que seja só neste período de pandemia, no resto do Paraná continua todo organizado o IML continua atendendo. A conselheira Ana Raggio da SEJUF/DEDIF, agradece a SESA pelas orientações referentes a garantia dos

direitos da mulher de ter o acompanhante a iniciativa da orientação neste sentido. As Conselheiras agradecem a Diretora do Departamento e sua equipe a apresentação da SESA, a disponibilidade sempre que se solicita as informações, e desejam boa sorte nos trabalhos pela frente. **6. Informes sobre B.O. Eletrônico em casos da Violência Doméstica - SESP;** A conselheira representante da SESP, Dra. Emanuelle Siqueira, delegada da Delegacia da Mulher de Curitiba e fala sobre as solicitações feitas sobre os BO'S eletrônico, informa que foi implantando na semana passada e ainda está passando por algumas melhorias e que conseguiram implantar na forma como estava no momento e que já era possível a elaboração do B.O, mas que podia ser aperfeiçoado, mas podia ser aperfeiçoado e foi disponível para que atendesse a população o mais breve possível, este B.O tem alguns crimes que estão autorizados fazer este B.O, justamente em razão da gravidade dos crimes, sem menosprezar os demais crimes, como tentativa de feminicídio o estupro ainda há necessidade da presença física da vítima inclusive para a confecção do B.O, os casos de lesões corporais, ameaça, crimes contra a honra, injúria, calúnia e difamação são os mais recorrentes nas delegacias, inclusive as vias de fato, eles podem ser feitos por este boletim eletrônico é possível acessar a página pra fazer este B.O de duas formas, delegaciaeletronica.com.br e na página da polícia civil boletins de ocorrência eletrônica, nos estamos providenciando um passo a passo, mas como está com estas alterações em andamento, e assim que o sistema estiver da forma como ele ficará, atualizaremos o passo a passo e me responsabilizo a trazer a este conselho, e será divulgado por todas as vítimas. A Presidente Maria Isabel agradece a fala da Dra. Emanuelle e abre fala para as conselheiras, caso haja alguma consideração a fazer a Dra. Emanuelle. A colaboradora da OAB Dra. Helena Rocha as preocupações são se estão incluídas nestas alterações que foi mencionada que estão sendo feitas, a possibilidade do pedido de medidas protetivas no B.O eletrônico e questão da representação, pelo que está no formulário a vítima depois que fizer a ocorrência pelo BO eletrônico pra representar ela teria que se dirigir a uma delegacia presencialmente é preocupante e questiona a efetividade deste instrumento, a Dra. Emanuelle fala que é necessário esclarecer as diferenciações dos crimes, tem a lesão as vias de fato seria incondicionada a ameaça seria condicionada a representação e os crimes contra a honra ação penal privada, infelizmente precisamos chamar estas vítimas ainda que seja nos incondicionados, inclusive hoje eu já fiz a primeira complementação no B.O em lesão corporal, por que precisamos do relato da vítima, infelizmente a violência doméstica é um fenômeno mais complexo tem que colocar o contexto, os inquéritos terão que ter todos os elementos necessários, por que ele é o embaixador para a denúncia do Ministério Público, temos que ter esta preocupação de estar todas as informações completas, neste primeiro momento não estamos conseguindo ter nem a representação e nem a medida protetiva, como a conselheira fala que não está participando da equipe que está elaborando o projeto do B.O eletrônico e sim que foi como consultora, não tem como falar se já tem alguma destas alterações, sabe que nas discussões já foi levantado essas situações, na medida protetiva a necessidade de alguns elementos de prova para

embasar o Juiz na hora do deferimento final desta medida, como envolve exceção do direito de liberdade do noticiado, foi discutido se seria possível a vítima fazer um vídeo dela mesma explicando a situação, porém quem conhece a delegacia sabe da dificuldade que temos para poder colocar no depoimento da vítima todos os elementos necessários, neste primeiro momento não foi possível implantar nenhuma destas duas medidas por causa desta dificuldade de conseguir colocar no formulário todos esses elementos e nesta fase de teste, estamos vendo como conseguimos documentar o pedido de medida protetiva junto ao B.O on line e a questão da representação, por que ainda que seja um crime incondicionado precisamos ouvir esta vítima, neste primeiro momento pensamos em gravar por chamada de whatsapp, estamos pensando todas essas medidas de forma que pudéssemos fazer um inquérito, em regra a maioria dos B.O, pode ser tornar um inquérito, mas que ele tenha elementos suficiente para que ele possa embasar uma denúncia depois, temos que pensar no posterior também, mas está sendo analisados todas estas duas questões tanto da medida protetiva quanto da representação e para complementar a Dra. Helena pergunta se quando é feito o B.O de ocorrência, se automaticamente estão recebendo este B.O, se a delegacia chama ela pra fazer esta representação ou se ela tem que procurar a delegacia, foi destacado uma equipe, uma delegada um escrivão e dois investigadores lotados na delegacia eletrônica só para atender os BOs de violência doméstica de todo o Paraná, então este B.O só vai ser B.O a partir do momento que eles validarem, a vítima faz o procedimento eles analisarão se está tudo correto e validam e a partir deste momento é encaminhado para delegacia do local do fato, nos casos de ação penal incondicionada, estamos ligando e agendado estas vítimas para serem ouvidas na delegacia com hora marcada, acompanhadas do B.O elas não entrarão a triagem de atendimento, os crimes já condicionados a representação e de ação penal privada, dependeremos da procura da vítima. Dra. Helena pergunta se tem orientação específica no momento de fazer o B.O que ela terá que ir até a delegacia se for crime incondicionado, a Dra. Emanuelle fala que tem esta orientação expressa que tem que ir a delegacia e se ela não se sentir a vontade de fazer pelo B.O eletrônico ou se ela sentir dificuldade, orienta-se que ela procure a delegacia e que está orientado que se a vítima procure a delegacia fisicamente que não mande ninguém embora e caso chegue os crimes incondicionados na delegacia, iremos atrás. A Dra. Ana Carolina Promotora, esclarece que os crimes de Ação Pública condicionada a representação como, por exemplo, ameaça e os crimes de ação privada que a vítima que tem que levar a ação com a queixa crime, anteriormente ela tinha que ir na delegacia fazer o B.O presencialmente e teria o prazo de seis meses pra voltar na delegacia, apresentar sua representação se assim ela desejasse ou apresentar sua queixa crime, então o B.O eletrônico é um avanço e por isso nos casos incondicionais que são os mais graves e não depende desta autorização da vítima a polícia fará esse contato para ouvi-la e instaurar o inquérito policial. A conselheira Carmen pergunta se cresceu o número de B.Os em relação a agressões contra as mulheres nesta pandemia, se o panorama mudou da última reunião até hoje, a Dra. Emanuelle informa que continua no mesmo cenário e fala que houve um aumento em questão dos flagrantes e que

neste final de semana foi bem movimentado e os B.Os os números estão menores do que já eram na nossa realidade, e que os fatos dos flagrantes chegarem é importante por que mostra que conseguimos ser mais efetivos, se a prisão for um efeito punitivo e até preventivo nas próximas situações é uma reposta efetiva, é muito importante, este flagrante é feito pela polícia civil e a polícia militar ou guarda municipal conduz o agressor para a delegacia o procedimento é a delegacia quem faz e em regra na Constituição Brasileira em situação de flagrante delito qualquer um pode agir. A Presidente agradece a Dra. Emanuele e sem mais perguntas segue para próxima pauta. **7. Informes do DGDM – Botão do Pânico e Distribuição de Cartilhas;** A conselheira Tania Domingues representante da SEJUF/DGDM, informa que foram distribuídas três tipos de cartilhas no Paraná todo para todos os escritórios regionais e para os municípios que tem delegacia da mulher, cartilhas das mulheres da COVID19, cartilha dos condomínios e cartilha de violência doméstica, as cartilhas físicas não foram entregues devido a pandemia e sim enviadas on-line para que as secretarias municipais possam imprimir sua própria cartilha. A Presidente pergunta em relação ao termo de cooperação técnica com o 190, solicita uma especificação, se está tudo certo para assinar, se tem prazo para iniciar, a chefe do departamento Silvane Farah, explica que este termo de cooperação técnica envolveu várias secretarias e outros órgãos como SESP, TJ, SEJUF e CELEPAR, para poder começar a funcionar todos estes órgãos tiveram que se submeter as assinaturas do plano de trabalho e devido a COVID essas assinaturas todas foram realizadas eletronicamente e nesta semana soubemos que este termo tinha que ter sido publicado para começar o funcionamento, este depende da CELEPAR E TJ, que são os órgãos responsáveis por fazer as medidas protetivas a inserir a mulher neste aplicativo, e que depende da SESP e TJ para colocar em prática, e sabe-se que todos assinaram, A Dra. Ana Carolina pede a palavra e fala que já foi encaminhado e que faltava esta interligação de sistema por que são ao Juízes que verificarão quais vítimas receberão essa possibilidade de botão do pânico, para passar esses dados para a CELEPAR para alimentar o aplicativo e se foi publicado o termo de cooperação é porque vai passar a funcionar e que analise são dos juízes, a princípio é plano piloto de cem botões do pânico para vê o funcionamento e que fazem uma verificação nos casos que são mais graves que precisam e que esta está plataforma poderia funcionar bem, a Promotora complementa que dentro do aplicativo 190 os casos de violência doméstica já tem um atendimento prioritário pela Polícia Militar o Botão do Pânico é mais uma ferramenta dentro do aplicativo 190, que irá ser concedido pela avaliação do TJ para algumas mulheres, a Dra. Ana Carolina confirma que segundo o Coronel com quem ela teve reunião informou que a violência doméstica é urgência máxima dentro do app 190, neste app também pode ser compartilhada a localização da vítima, a Presidente Maria Isabel pergunta se quantas dessas mulheres já estão sendo atendida, se já funcionando, se funciona só em Curitiba ou no restante do Estado, a Dra. Aba Carolina fala que o MP não participa deste termo de cooperação por isto não consegue responder estas questões que só acompanha a implementação do B.O eletrônico e que a sugestão do MP é que se faça um ofício à CEVIDE, ao TJ ou

a CELEPAR, para atualizar estas **informações. Encaminhamento**, de ofício a Desembargadora Priscila Placha Sá, solicitando o fluxo do Botão do Pânico dentro da plataforma do app 190. **8. Palavra da ABL – Conselheira Nacional da Mulher de Maringá;** A Presidente informa que agendou a presença da conselheira do Conselho Nacional que é do Paraná, da Associação Brasileira de Lésbicas, e acredita que ela na conseguiu acesso a esta sala de reunião, fica agendada para a próxima oportunidade. **Informes Gerais-** A Presidente informa que na reunião do COPEDH foram feito três encaminhamentos que são para a SESP, um deles foi levantado pela Dra. Maria Anizia que é delegada, que é sobre mais cursos, e cursos mais intensivos para policiais sobre questão de gênero, que seria uma recomendação conjunta do COPEDH e do CEDM, recomendação de inter-conselhos para que a SESP, providencie cursos mais intensivos para policiais sobre questões de gênero, haja vista que existem questões problemáticas por que os policiais não tem conhecimento sobre questões de gênero e outro encaminhamento sobre dados institucionalizado por período curto da pandemia(mensal) sobre as questões de violência contra a mulher, a conselheira Tania Domingues do DGDM, fala que a SESP envia ao departamento estes dados por semestre, e fala que não é especificado, a Presidente solicita que seja enviado para as conselheiras estes dados que já foram repassados, para assim elaborar o ofício a SESP, todas as conselheiras concordam, a fala que outra questão que foi levantada nesta reunião do COPEDH, foi sobre a mídia para dar visibilidade ao que o conselho faz, e que o COPEDH faz muito isso e que pode dar auxílio a este conselho neste assunto. E o outro assunto foi sobre a questão do acompanhante as mulheres no período da pandemia e a outra carta seria em relação aos pré candidatos a Prefeitos(as) dos Municípios do Paraná. **Palavras das Conselheiras-** A conselheira Maria Elvira da FAMOPAR, fala da importância desta reunião e que é um prazer participar, a conselheira Dineia fala que queria fazer um pedido de divulgação do Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia feito para pesquisadores, especialistas, estudantes, jornalistas e inventores independentes, e que muitas mulheres já ganharam este prêmio e gostaria da colaboração das conselheiras para divulgar o Prêmio, a conselheira Maria Isabela Campoi, fala que em Maringá no dia 07/06/2020, houve a manifestação contra o genocídio Negro e Indígena na Praça da Catedral, e que falou como conselheira deste Conselho Estadual chamando atenção ao recorte racial, recorte pra violência de gênero, momento muito importante e emocionante, a conselheira Carmen fala que viu o vídeo da manifestação e fala que foi muito bonito, neste momento a Presidente Maria Isabel pede que se tire uma foto para a divulgação que o conselho continua se reunindo e fala sobre as questões do recorte de raça, uma questão muito preocupante e fala que devemos fazer uma nota do Conselho sobre este assunto e que os Pretos e Pretas principalmente periféricos estão sofrendo muito com esta violência e são questões que só acentuam sua vulnerabilidade social. A Presidente agradece a presença de todas por estarem presentes nesta reunião. Encerra-se a reunião após referidas discussões e encaminhamentos. A presente ata foi desgravada e redigida pela secretária executiva Jane Vasques, e depois de aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.

